
DESENVOLVIMENTO DE UM ÍNDICE DE ADERÊNCIA DE PLANOS MUNICIPAIS DE RESÍDUOS EM RELAÇÃO AOS ODS

BORGES, Letícia Santos¹

Instituto Federal de Goiás, Câmpus Goiânia¹

REIS, Thaynara Batista²

Instituto Federal de Goiás, Câmpus Goiânia²

DOMICIANO, Marcela Leão³

Instituto Federal de Goiás, Câmpus Goiânia³

LEAL, Thomas Leonardo Marques de Castro⁴

Instituto Federal de Goiás, Câmpus Goiânia⁴

A produção de resíduos sólidos no Brasil vem crescendo cerca de 1% nos últimos anos, o que representa cerca de 7 milhões de toneladas de resíduos a mais. Os Planos Municipais de Saneamento e/ou Resíduos Sólidos são as políticas, a nível local, que regulamentam a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos. Por sua vez, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo global à ação para proteger o meio ambiente e o clima, entre outras ações. Esse trabalho buscou avaliar o quanto os Planos Municipais mencionados estão alinhados aos ODS. Para isso, inicialmente, desenvolveu-se critérios e subcritérios de avaliação de aderência aos ODS a partir de uma revisão literatura. Nesse processo, selecionou-se 7 (sete) critérios, gestão integrada de resíduos, coleta seletiva e logística reversa, inclusão social e geração de renda, educação ambiental, monitoramento e fiscalização, tecnologias limpas e inovação e articulação entre setores, e 31 subcritérios. Após esta etapa, houve o ranqueamento dos critérios e subcritérios a partir da avaliação de especialistas da área, gerando um rank para cada item. Ao total, 15 especialistas ordenaram os critérios do mais importante para o menos importante, de acordo com suas percepções e experiências. Após o ranqueamento, para o processo de ponderação, utilizou-se o método *Rank Order Centroid* (ROC) convertendo essa ordem em um conjunto de pesos numéricos. O resultado da

ponderação apontou maior peso para “inclusão social e geração de renda” e menor peso para “tecnologias limpas e inovação”. Por fim, este instrumento foi aplicado a dois estudos de caso, nos Planos Municipais das cidades de Mozarlândia e Alexânia. A avaliação seguiu com uma pontuação para aderência, de forma que: 0 (zero) representava ausência de aderência, 0,5 (meio ponto) uma aderência parcial e 1,0 (um) aderência total. Os resultados mostraram que o município de Mozarlândia, apesar de possuir uma Política Municipal robusta em relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos, possui apenas de 51,4% em relação aos ODS. Isso acontece devido à ausência de detalhamento do Plano Municipal acerca da geração de renda e inclusão social, critério de maior importância do instrumento. O subcritério de maior peso para esse critério foi o percentual de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, o qual impacta diretamente na renda para os cooperados e, consequentemente, na inclusão social desses trabalhadores. O município de Alexânia mostrou baixa aderência em relação aos ODS, com 10,6%. O não atendimento de diversos itens do Plano Municipal relacionados à PNRS levou também a uma baixa aderência em relação aos ODS. Esses resultados levam a concluir que a ponderação foi uma etapa essencial, pois ela reflete as prioridades e os desafios do contexto real da gestão de resíduos no Brasil. A alta importância atribuída à “inclusão social e geração de renda” e à “gestão integrada de resíduos” indica que os especialistas consideram esses os pontos mais críticos para o desenvolvimento sustentável a nível local, superando, em relevância, aspectos puramente tecnológicos. Assim, esse instrumento demonstrou ser capaz de avaliar como os planos municipais estão alinhados à agenda ambiental mundial.

Palavras-chave

ODS; resíduos sólidos; gestão municipal; saneamento básico.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Goiás. Agradecemos ao IFG pela bolsa concedida.